



JUVENTUDE E POLÍTICAS PÚBLICAS NACIONAIS: UMA ANÁLISE DA PRODUÇÃO ACADÊMICA NA PLATAFORMA SCIELO (2002 A 2013)

MACIEL, Álvaro dos Santos

Estudante de doutorado do Programa de Para Pós Graduação de Sociologia e Direito

macielalvaro@gmail.com

155

RESUMO

A juventude é um tema cada vez mais presente nos debates da sociedade contemporânea, tanto nos espaços acadêmicos de discussão e investigações teóricas e empíricas como nas agendas governamentais para o desenvolvimento de políticas públicas. Para tanto, este artigo levanta a produção acadêmica entre 2002 e 2013 sobre jovem, juventude e políticas públicas nacionais, divulgada em periódicos científicos brasileiros que integram a base de dados da *Scientific Electronic Library Onine (SciELO)*. Constata-se uma concentração de estudos nas áreas de educação, saúde e mercado de trabalho, e que as políticas públicas carecem de um marco referencial mais coeso acerca do conceito de juventude. Conclui-se que projetos e ações que situam os jovens como sujeitos de direitos, permitirão a concretização de mecanismos que irão corroborar com os ditames de uma esfera pública democrática e pluralista.

Palavras-chave: juventude; políticas públicas brasileiras; produção científica.

ABSTRACT

Youth is a theme increasingly present in the debates of contemporary society, in academic spaces, the theoretical and empirical investigations and governmental agendas for the development of public policy. Therefore, this review presents the research conducted between 2002 and 2013 over young, youth and national public policies, published in Brazilian scientific journals that comprise the database of the Scientific Electronic Library online (SciELO). There has been a concentration of studies in the areas of education, health and labor market, and that public policies lack a reference point more cohesive about the concept of youth. It is concluded that projects and actions that place young people as subjects of rights, allow the implementation of mechanisms that will corroborate the dictates of a democratic and pluralistic public sphere.

Key-words: youth, brazilian public policies, scientific production.



UM RETRATO DA PRODUÇÃO CIENTÍFICA VINCULADA AO TEMA

Spósito (2009) ao apresentar o estado da arte sobre juventude, analisa as pesquisas de pós-graduação brasileira sobre juventude e política entre os anos de 1999 e 2006. Zanella *et. al.* (2013) ao observarem estes estudos aduzem o conteúdo dos estudos:

A partir do levantamento de teses e dissertações no período, a autora (Spósito, 2009) introduz um conjunto de reflexões sobre as características da produção em pós-graduação sobre juventude e política nas áreas de Educação, Ciências Sociais (Sociologia, Ciências políticas e Antropologia) e Serviço Social. (...) as pesquisas analisadas apresentam uma concepção de política relacionada às disputas de poder, com maior produção voltada ao contexto escolar. Não ressalta o debate sobre o desaparecimento da juventude na cena política, como afirmava Abramo em 1997, mas conclui que novas formas de ativismo político e de práticas coletivas têm aglutinado os jovens e podem vir a se constituir objeto de estudo relevante neste campo temático.

156

Zanella *et. al.* (2013) identificam em Boghossian & Minayo (2009) no artigo intitulado "Revisão sistemática sobre juventude e participação nos últimos dez anos" inúmeras análises sistemáticas de produção científica dentre outros documentos sobre o tema participação juvenil, em língua inglesa e portuguesa, no período de 1997 a 2007.

Insta observar importante trabalho realizado por Zanella *et. al.* (2013) intitulado Jovens, juventude e políticas públicas: produção acadêmica em periódicos científicos brasileiros (2002 a 2011) em que utiliza como fonte de pesquisa a plataforma SciELO no mês de agosto de 2012. Relatam que, ao excluir artigos repetidos, selecionaram 173 para serem analisados por meio da leitura dos títulos, resumos e palavras-chave. Resultou o total de 58 artigos que problematizavam a questão das políticas públicas voltadas aos jovens, sendo 28 produções teóricas, 02 relatos de experiência e 28 resultados de pesquisas empíricas.

Zanella *et. al.* (2013) identificaram que nestes trabalhos analisados (2002 a 2011) há um predomínio de 43 autores da área da psicologia (correspondente a 20% do total), seguidos por 35 autores (23%) das ciências da saúde e 30 da educação (20%). Encontraram também 20 trabalhos (13%) de autores das ciências sociais e 20 de outras áreas como economia, administração e educação física, por exemplo. Foram também encontrados três autores em que não conseguiram identificar a área de titulação. Aqui cabe uma observação haja vista a pesquisa não abordar claramente se houve o seguinte ponto: um autor, com formação em serviço social pode desenvolver uma pesquisa e publicar na área de saúde. Assim o autor seria da área de ciências sociais, todavia com publicação em área da saúde.



Entre 2002 e 2011, Zanella *et. al.* (2013) observam que o ano de 2008 concentra a maior parte dos artigos analisados, com 14 publicações, sendo os demais anos distribuídos da seguinte forma: 2002 e 2003 (apenas uma publicação); 2004 e 2005 (duas publicações por ano); em 2006 (sete publicações); 2007 (nove publicações); 2009 e 2010 (sete publicações por ano); e finalmente 2011 (oito trabalhos).

Após se debruçarem na leitura integral dos 58 textos, Zanella *et. al.* (2013) identificaram, em relação ao tipo de produção que: 28 são pesquisas teóricas; 02 artigos são relatos de experiência e 28 são relatos de pesquisas empíricas.

Dentre outras análises, destaca-se a vinculação institucional dos autores analisados nos referidos textos por Zanella *et. al.* (2013): A Universidade de São Paulo (USP) se destaca com 22 autores dos artigos analisados (26%), seguida por Universidade Federal Fluminense (UFF) e Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) com nove trabalhos cada (11%) – aqui a pesquisa de Zanella menciona o termo “com nove trabalhos cada”, porém não descreve se cada trabalho tem mais de um autor o que dificulta chegar no cálculo exato. Talvez, a expressão correta que os autores queriam ter mencionado seja “com nove autores cada”.

Os mesmos destacam também a Universidade Federal de São Carlos (UFSC) com oito autores (10%), a Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUC/RS) e a Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) com oito autores cada (8%). Descrevem que as instituições com 6% ou menos compreendem 21 artigos analisados, tais como a Universidade Católica de Brasília (cinco autores), Secretarias Municipais (quatro autores) e, com três autores, a Universidade Estadual de Londrina, Universidade Católica de Pelotas e as Universidades Federais de Goiás e Brasília.

Com o fulcro de complementar a presente resenha, houve o levantamento dos dados referentes ao ano de 2012 e de janeiro/setembro de 2013, utilizando critérios de busca no SciELO similares aos desenvolvidos por Zanella *et. al.* (2013), ou seja, a busca dos seguintes descritores: “jovem e política; jovens e política; jovem e políticas; jovens e políticas; juventude e política; juventudes e política; juventude e políticas; juventudes e políticas” excluindo eventual pesquisa que se repita.

Insta destacar que o trabalho de Zanella *et. al.* (2013) não descreve qual a seleção que foi posta no termo de busca “onde” na plataforma SciELO, em que se pode selecionar vários parâmetros, seja em âmbito regional, em âmbito de Brasil, etc. Para a presente resenha, filtrou-se pelo termo “Brasil”.



Pois bem, refinando a busca no SciELO entre 2012 e 2013 com fulcro nos descritores acima, tem-se o seguinte resultado: 110 artigos encontrados, sendo 36 repetidos, resultando, portanto, um total efetivo de 74 artigos. Deste montante, após a leitura dos resumos, títulos e palavras-chave, o total de 15 artigos abordam sob alguma vertente a questão das políticas públicas para os jovens.

Dos 15 trabalhos publicados, 8 trabalhos foram no ano de 2012 (igual a 2011, menor que 2007 e 2008, porém, maior que 2002, 2003, 2004, 2005, 2006 de acordo com os dados supracitados) e 7 trabalhos publicados entre janeiro e setembro de 2013.

Ademais, esclarece-se que na produção destes 15 trabalhos analisados (2012/2013) há o envolvimento de 33 autores em análise absoluta (tal informação não se revela suficientemente clara na pesquisa de Zanella *et. al.* (2013) quanto ao estudo de 2002/2011), que quer dizer que a contagem do nome do autor é feita o tanto de vezes que seu nome aparece em trabalhos diferentes, ou seja, se o mesmo autor fez 3 trabalhos diferentes, o seu nome é contado por 3 vezes dando 3 créditos à instituição a qual o mesmo estiver vinculado. Estes autores estão vinculados institucionalmente do seguinte modo: Fundação Oswaldo Cruz com 6 autorias (equivalente a 18,2% do total de autores), seguida pela Universidade Federal de Pernambuco com 3 autorias (9,1%), depois pelas Universidade de São Paulo, Universidade Federal de Minas Gerais e Universidade Federal de Santa Catarina todas com 2 autorias cada (6,1% cada uma delas). O restante dos 18 autores (correspondente a 45,5%) estão vinculados a Universidades e/ou outras instituições que aparecem apenas uma vez na pesquisa, tais quais, Universidade Federal de São Carlos, Universidade Federal Fluminense, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, etc.

Esta resenha não adentrou no mérito da formação do autor e se as pesquisas foram publicadas em área de sua formação ou não. A análise foi feita tão somente na área em que o periódico/revista de estão vinculados. Destarte, tem-se que dos 15 artigos, 7 deles, o que corresponde a 46,7% estão publicados na área de saúde, 5 deles (33,3%) na área educacional e 3 (20%) na área de ciências humanas e sociais.



UMA TENTATIVA DE DELIMITAÇÃO DO SIGNIFICADO DE JOVEM E JUVENTUDE

Existe um debate acerca das imprecisões que definem o conceito de juventude. Ao buscar estabelecer um recorte que incida sobre a temática dos jovens e juventude (Sposito, 2003) explica sobre a importância de se tomar a idéia de juventude em seu sentido plural – juventudes – haja vista a diversidade de situações existenciais que afetam os indivíduos nessa etapa da vida.

Attias-Donfut (1996) citado por Sposito (2003) esclarece que parte da imprecisão talvez decorra da “sobreposição indevida entre a fase de vida e os sujeitos concretos, aspectos que, para os estudiosos da infância, por exemplo, não se superpõem”.

Neste sentido, Sposito (2003) explica que é preciso compreender que a categoria sociológica “juventude” vincula-se a uma tensão que não se soluciona, pois ao mesmo tempo em que se revela como um momento no ciclo de vida concebido a partir de seus recortes socioculturais, é também o reflexo dos modos de inserção na estrutura social. E assim, conclui que não se trata de optar por um das modalidades – e assim esclarece que criaria uma falsa oposição entre as teses de Morin (1986) e Bourdieu (1980), quando este, de forma provocativa, propõe a idéia de que a juventude é apenas uma palavra –, mas de recuperá-los, assumindo o caráter inelutável dessa tensão.

Para Abramo (1994), Viana (1997) e Waiselfisz (1998), hoje se fazem presentes a tematização sobre o jovem e juventude como etapa problemática ou como fase preparatória da vida.

Zanella *et. al.* (2013) ao analisarem os 58 artigos datados entre 2002 e 2011 relata ter constatado que parte significativa destes textos não apresentou claramente a concepção de juventude ou não a relacionou diretamente às temáticas política e políticas públicas, mesmo que os descritores escolhidos para a busca tenham perscrutado essa relação.

Em ato contínuo, a pesquisa complementar com os 15 textos publicados entre 2012 e 2013 também revela que os textos em sua maioria, não apresentam com clareza os significados.

Silva & Silva (2011) é citada por Zanella *et. al.* (2013) por lembrar que alguns autores concebem a juventude como sinônimo de adolescência restringindo-se a demarcá-la como uma fase da vida. Outros, dentro de variada faixa etária como o período compreendido entre os 15 e 24 anos de idade. Neste diapasão, para complemento desta resenha pode-se citar autores como



Castro & Abramovay (2002); Barber-Madden & Saber (2010); Organização Mundial da Saúde/OMS; e outros como a faixa entre os 15 e os 29 anos (Política Nacional de Juventude/PNJ bem como o Estatuto da Juventude¹). Para Silva & Silva (2011) "o uso da expressão "juventudes" representa o reconhecimento da necessidade de, ao se tratar de jovens, levar em conta que esse segmento constitui identidades e singularidades de acordo com a realidade de cada um".

Ogido & Schor (2012) explicam com base em Heilborn (2006) que a linhagem de trabalhos sociológicos contemporâneos sobre juventude enfatiza o entendimento desse termo como um processo social de passagem ou entrada na vida adulta.

Nesta linha de raciocínio é o conceito adotado por Bulgacov *et al.* (2011) tendo a juventude como "um período de preparação para o ingresso na vida adulta".

Frezza, Maraschin e Santos (2009) abordados nas pesquisas de Zanella *et. al.* (2013) apresentam as concepções de juventude dentro da vertente de política pública como juventude voluntária, juventude digitalizada, juventude trabalhadora e juventude vulnerabilizada.

O jovem pode ser classificado como alguém que vivencia o impacto das políticas públicas (Silvério, 2002; Maggie, 2006), como protagonista do período caracterizado por intensas mudanças emocionais (Cavalcante, Alves, & Barroso, 2008; Souza et al., 2008), como vivente da fronteira etária que marca em que o trabalho torna-se atividade principal (Rocha, 2008) e dentre diversos outros entendimentos se apresenta também o conceito em que as expressões adolescente e juventude são ora pareadas em separado, ora como sinônimos e não existindo um conceito universal (Orlandi & Toneli, 2008).

AS POLÍTICAS PÚBLICAS PARA O SEGMENTO JOVEM

Para Santos (1987), a política pública social no contexto brasileiro define-se como o conjunto de atividades ou programas governamentais destinados a remediar as falhas do *laissez-faire*.

Zanella *et. al.* (2013) apontam que os 58 artigos selecionados entre 2002 e 2011 a partir dos descritores anteriormente citados, podem ser classificados do seguinte modo:

¹ A lei nº 12.852, de 5 de agosto de 2013 institui o Estatuto da Juventude e dispõe sobre os direitos dos jovens, os princípios e diretrizes das políticas públicas de juventude e o Sistema Nacional de Juventude – SINAJUVE. No



- 12 se referem a políticas de educação, tais com prioridade para a educação profissional, educação de jovens e adultos e educação no campo;
- 14 têm relação com políticas de saúde com enfoque para situações de risco, uso de drogas, gravidez precoce e concepções de juventude nos programas de saúde;
- 11 tratam de políticas de assistência social voltadas para jovens em situação de medida de internação, em situação de abrigos e em situação de rua;
- 06 focam políticas de trabalho;
- 03 discutem as políticas públicas para juventude de modo abrangente.
- 03 abordam políticas de esporte e lazer;
- 03 são destinados à abordagem acerca das políticas de gênero;
- 03 direcionados às questões de raça e etnia;
- 01 sobre violência urbana;
- 01 com enfoque na inclusão digital.

Pela soma, cabe observar que os autores responsáveis pelo estudo distribuíram 57 artigos dentro das temáticas, faltando um a ser analisado.

Quanto aos estudos realizados entre 2012 e 2013, cujo objetivo é complementar a presente resenha, tem-se que, dos 15 trabalhos publicados, a distribuição temática apresenta-se do modo a seguir:

- 05 com enfoque nas políticas de trabalho e geração de renda;
- 04 têm relação com políticas de saúde com enfoque ao acesso da juventude nos programas de saúde, na conscientização de povos indígenas;
- 03 se referem a políticas de educação nas escolas e em presídios;
- 01 direcionado às questões de religião e espaço público;
- 01 destinado ao estudo de levantamento da produção acadêmica acerca do tema;
- 01 sobre violência urbana.

Quanto às concepções de políticas públicas Zanella et. al. (2013) ressaltam que a maioria dos textos analisados não apresenta uma concepção clara, tampouco um posicionamento frente aos termos.

Da mesma forma, os artigos publicados entre 2012 e 2013 seguem uma carência na abordagem de concepções do tema, e assim como os artigos publicados entre 2002 e 2011, limitam-se a apresentar a importância da formulação, implementação e implantação de políticas públicas, que possam dar suporte a essas ações nas diferentes áreas temáticas Silvério (2002); Maggie (2006); Frezza, Maraschin e Santos (2009); Silva & Silva (2011); Ogido & Schor (2012); dentre outros.

Friedrich et al. (2012), por exemplo, limitam-se a conceituar historicamente o termo “política” e apresentar o desafio dos programas em criar as condições para que os

parágrafo 1º do art. 1º consta: Para os efeitos desta Lei, são consideradas jovens as pessoas com idade entre 15 (quinze) e 29 (vinte e nove) anos de idade.



indivíduos passem da defesa dos interesses particulares para a construção e a defesa do interesse geral.

O PROCESSO DE URBANIZAÇÃO E SEUS IMPACTOS NAS CONDIÇÕES DE VIDA DOS JOVENS

162

No início do século XXI, o Brasil superou a quantidade de 170 milhões de habitantes. Consoante o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), metade da população é constituída por crianças e jovens com menos de 25 anos. A maioria vive em zonas urbanas (81,25%).

Barber-Madden & Saber (2010) realizam estudos que esclarecem que o ano de 2008, pela primeira vez na história, mais da metade da população mundial passou a residir em áreas urbanas, resultado do processo de migração do campo para a cidade e do crescimento vegetativo mais elevado nas áreas urbanas em comparação ao meio rural. E assim esclarecem o vínculo para com as políticas públicas:

Nesse âmbito, a ascendente participação da faixa etária jovem nesse processo, especialmente nos grandes centros urbanos dos países de baixa e média renda, coloca aos formuladores de políticas públicas novos desafios ao planejamento urbano.

No que tange ao impacto para com o setor de saúde Barber-Madden & Saber (2010) enfatizam o ciclo de pobreza que pode ser desencadeado haja vista que precarização de políticas destinadas ao tema.

Uma vez que a população urbana tem aumentado de forma mais rápida do que a capacidade governamental em prover a moradia e os serviços sociais necessários, o número de pessoas sem acesso à rede de saneamento básico e a fontes de água potável também tem apresentado crescimento, o que favorece a transmissão de doenças e a propagação de epidemias pelos estratos mais pobres da população. Essa situação, aliada a uma frágil rede de serviços de saúde, faz um maior percentual da renda da população ser destinado ao tratamento de doenças, que muitas vezes obrigam as pessoas a permanecerem em casa para auxiliarem os membros da família convalescidos e colocam em risco seus empregos, potencializando um ciclo de pobreza de difícil superação.



No que tange ao trabalho e emprego o mesmo estudo demonstra o risco dos jovens estarem à mercê de exploração e subemprego que está ligada direta ou indiretamente ao crescimento da criminalidade.

Nesse quadro, os jovens encontram-se particularmente vulneráveis à exploração e ao subemprego, geralmente incapazes de fornecer uma remuneração adequada ao atendimento de suas necessidades básicas. Muitos jovens são forçados a migrar para as metrópoles em busca de um emprego que os permitam apoiar financeiramente suas famílias. A empreitada nem sempre bem sucedida e em muito contribui para o aumento do contingente de moradores de rua das grandes cidades e o ingresso dos mesmos no mundo da criminalidade (Barber-Madden & Saber, 2010).

O processo de urbanização desenfreado e não planejado combinado a uma alta proporção de jovens em relação à população total e à incapacidade do Estado de reduzir os níveis de exclusão e desigualdade social por meio de políticas públicas é um fator associado à escalada de violência observada nas metrópoles dos países em desenvolvimento. Uma melhoria nas condições da juventude requer um envolvimento por parte dos governos que permita ampliar os aspectos positivos da urbanização, articulando o crescimento e a sustentabilidade urbana à superação dos problemas que afetam, de forma mais acentuada, a população jovem. (Barber-Madden & Saber, 2010).

Também pode-se citar Varela & Matsumoto (2012) por apresentarem inúmeros referenciais teóricos acerca de políticas públicas e desenvolvimento local atrelado à urbanização, tais quais Martinelli e Joyal (2004), Speranza (2006), Sausen, Patias e Allebrandt (2011).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Observa-se que são poucos os artigos que tratam com rigor científico sobre a eficiência das políticas públicas destinadas ao público jovem, sendo que, estudos aprofundados são necessários para identificar se o que está no papel é de fato o que a sociedade precisa e uma vez sendo, se há na prática a aplicação da legislação vigente, ou seja, as políticas sociais universais precisam ser aprofundadas ao lado de um grande conjunto de direitos emergentes relativos à própria condição juvenil.



É possível afirmar que as políticas públicas federais carecem de um marco referencial mais uniforme acerca do conceito de juventude, ora há conceitos e programas direcionados ao público juvenil que operam com faixas etárias diferentes.

A produção científica revela alguns caminhos que concretizam as políticas públicas que se voltam para os jovens, tanto empreendidas pelo poder público como em parceria com organizações da sociedade civil, sendo as temáticas de educação, saúde e trabalho as principais abordagens dos autores.

A lógica da atuação é setorializada, sendo que cada órgão busca tratar, de acordo com seus marcos teóricos e com seu instrumental de ação, das questões que consegue identificar.

Torna-se importante tratar dos processos de exclusão dos jovens e das eventuais ações de inclusão com cautela. Consta-se que projetos e ações que situam os jovens como sujeitos de direitos, permitirão a concretização de mecanismos que irão corroborar com os ditames de uma esfera pública democrática e pluralista.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRAMO, H W. *Cenas juvenis – punks e darks no espetáculo urbano*. São Paulo: Scritta, 1994

_____. Considerações sobre a tematização social da juventude no Brasil. *Revista Brasileira de Educação*. Número especial - Juventude e contemporaneidade, 1997.

ATTIAS-DONFUT, C. *Jeunesse et conjugaison des temps*. *Sociologie et sociétés*, v.28, n. 1, 1996.

BARBER-MADDER, R; SABER, B. A. *A situação dos jovens no mundo*. In: BARBER-MADDEN, R.; SANTOS, T. F. (Orgs.). *A juventude brasileira no contexto atual e em cenário futuro*. Brasília: UNFPA, 2010.

BOGHOSSIAN, C. O, & MINAYO, M. C. S. Revisão sistemática sobre juventude e participação nos últimos 10 anos. *Saúde e Sociedade*: São Paulo, 2009.

BOURDIEU, P. La jeunesse n'est qu'un mot. In: *Questions de sociologie*. Paris: Minuit, 1980.

BULGACOV, Y. L. M., CUNHA, S. K., CAMARGO, D., Meza, M. L., & Bulgacov, S. Jovem empreendedor no Brasil: A busca do espaço da realização ou a fuga da exclusão? *Revista de Administração Pública*, 2011.

CAMARANO, A. A. *et al. Caminhos para a vida adulta: as múltiplas trajetórias dos jovens brasileiro*. Última década: Santiago, v. 12, n. 21, dic. 2004 . Disponível em



<http://www.scielo.cl/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0718-22362004000200002&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 27 Set. 2013.

CASTRO, Mary Garcia; ABRAMOVAY, Miriam. Jovens em situação de pobreza, vulnerabilidades sociais e violências. *Cad. Pesquisa*, São Paulo, n. 116, July 2002. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0100-15742002000200007&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 27 Set. 2013.

CAVALCANTE, M. B. P. T., ALVES, M. D. S., & BARROSO, M. G. T. Adolescência, álcool e drogas: Uma revisão na perspectiva da promoção da saúde. *Escola Anna Nery Revista de Enfermagem*, 2008.

FREZZA, M., MARASCHIN, C., & SANTOS, N. S. Juventude como problema de políticas públicas. *Psicologia e Sociedad*: 2009.

FRIEDRICH, M.; BENITE, C. R. M.; BENITE, A. M. C. O. Programa Nacional de Inclusão de Jovens: Projovem: uma análise entre a proposta oficial e a experiência vivida em Goiânia. *Ensaio: aval.pol.públ.Educ.*, Rio de Janeiro, v. 20, n. 74, Mar. 2012. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-40362012000100010&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 27 Sept. 2013.

HEILBORN, M. L. *Experiência da sexualidade, reprodução e trajetórias biográficas juvenis*. In: HEILBORN, M. L. et al. *O aprendizado da sexualidade - reprodução e trajetórias sociais de jovens brasileiros*. Rio de Janeiro: Garamond; Fiocruz, 2006.

Maggie, Y. Racismo e anti-racismo: Preconceito, discriminação e os jovens estudantes nas escolas cariocas. *Educação & Sociedade*, 2006.

MARTINELLI, D. P.; JOYAL, A. *Desenvolvimento local e o papel das pequenas e médias empresas*. Barueri: Manole, 2004.

MORIN, E. *Culturas de massas no século XX: o espírito do tempo, necrose*. 2a ed. Rio de Janeiro: Forense, 1986.

OGIDO, R.; SCHOR, N. A jovem mãe e o mercado de trabalho. *Saúde soc.*, São Paulo, v. 21, n. 4, Dec. 2012. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-12902012000400021&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 27 Sept. 2013.

ORLANDI, R., & TONELI, M. J. F. Adolescência e paternidade: Sobre os direitos de criar projetos e procriar. *Psicologia em Estudo*: 2008.

ROCHA, S. A inserção dos jovens no mercado de trabalho. *Caderno CRH*: 2008.

SANTOS, W. G. *A trágica condição da política social*. In: SANTOS, W. G.; ABRANCHES, S. H.; COIMBRA, M. A.; *Política Social e Combate a Pobreza*, Rio de Janeiro, Zahar, 1987.



SAUSEN, J. O.; PATIAS, I. A., ALLEBRANDT, S. L. Desenvolvimento local e estratégia de pequenos empreendimentos agroindustriais — a lógica da cooperação e do associativismo: o Pacto Fonte Nova. *Cadernos Ebape*, v. 9, n. 3, 2011.

SILVA, R. S., SILVA, V.R. Política Nacional de Juventude: Trajetória e desafios. *Caderno CRH*, 2011.

SILVÉRIO, V. R. Ação afirmativa e o combate ao racismo institucional no Brasil. *Caderno de Pesquisa*, 2002.

SPERANZA, J. S. Limites e possibilidades do desenvolvimento Local. *Sinais Sociais*, v. 1, n. 2, 2006.

SPÓSITO, M. P. (org.). Juventude e Escolarização – Estado do Conhecimento (1984-1998). Brasília, DF: INEP, 2002.

SPÓSITO, M. P. *Os jovens no Brasil: desigualdades multiplicadas e novas demandas políticas*. São Paulo: Ação Educativa, 2003.

_____. *Estado da arte sobre juventude na pós-graduação brasileira: Educação, ciências sociais e serviço social (1999- 2006)*. Belo Horizonte: Argvmentvm, 2009.

VIANNA, H. (Org.). *Galerias cariocas: territórios de conflitos e encontros culturais*. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 1997.

WAISELFISZ, J. J. (Coord.). *Juventude, violência e cidadania: os jovens de Brasília*. São Paulo: Cortez Editora/Unesco, 1998.

ZANELLA, A. V. *et al.* Jovens, juventude e políticas públicas: produção acadêmica em periódicos científicos brasileiros (2002 a 2011). *Estud. psicol. (Natal)* [online]. vol.18, n.2, 2013.